

PODER EXECUTIVO

Presidência da República

Evento: Seminário do Conselho – Inteligência Artificial

Na quarta-feira (11), foi realizada a **abertura do seminário sobre Inteligência Artificial promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS)** da Presidência da República, com o objetivo de aprofundar o debate sobre os impactos da inteligência artificial na sociedade brasileira e identificar estratégias de regulação, desenvolvimento e uso ético da tecnologia. O seminário foi **estruturado em quatro mesas temáticas**, cada uma dedicada a um eixo estratégico: políticas públicas, mercado de trabalho, sustentabilidade e governança regulatória.

A atividade contou com a participação de **representantes do governo federal, especialistas do setor acadêmico, atores da sociedade civil e do setor produtivo**, que apresentaram contribuições para a construção de uma proposta legislativa sólida e alinhada aos interesses do país.

Mesa de Abertura

Tema: Panorama Geral e Cooperação Internacional sobre Inteligência Artificial

Participantes:

- » **Olavo Noleto**, secretário-executivo do CDESS/PRE (coordenação da mesa);
- » **Maria Del Mar Fernández**, embaixadora da Espanha;
- » **João Brant**, secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social (SECOM/PR);
- » **Aguinaldo Ribeiro** (PP/PB), deputado federal, relator do PL 2338/2023; e
- » **Luciana Santos**, ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

A embaixadora da Espanha, **Maria Del Mar Fernández-Palacios**, destacou o interesse estratégico de seu país na inteligência artificial, ressaltando a importância de modelos multilaterais e construções baseadas no diálogo. Para mais, argumentou que além de tecnologia emergente, IA é também *“uma infraestrutura crítica para a competitividade econômica, o bem-estar social e a soberania digital dos países”*.

João Brant da SECOM, enfatizou que o Brasil precisa fortalecer parcerias internacionais e internas para ampliar sua competitividade e capacidade de inovação, destacando a importância de uma abordagem coordenada no cenário global.

O **deputado Aguinaldo Ribeiro** defendeu a escuta de diferentes visões e experiências no debate sobre a matéria, reconhecendo o papel do CDESS nesse contexto. Ressaltou a relevância de compreender a profundidade do tema e a urgência do governo em avançar no debate. Reforçando ponto que vem sendo reiterado em audiências públicas sobre o PL 2338/2023, indagou se cabe ao país se tornar um fornecedor de tecnologias, ou seguir na posição de consumidor. Para ele, é necessário **buscar uma regulação equilibrada**, que garanta proteção aos cidadãos e estimule o desenvolvimento tecnológico.

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, **Luciana Santos**, afirmou que a IA é considerada um dos eixos estruturantes da estratégia do governo federal e que a pasta atuará para que a IA esteja *“a serviço de um projeto nacional, de crescimento com inclusão e redução das desigualdades”*.

Destacou que o **Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA)** prevê um investimento público de R\$ 23 bilhões até 2028, equivalente ao volume de investimento feito pela União Europeia no setor, e que o plano é uma peça-chave na Nova Indústria Brasil (NIB).

Também enfatizou o fortalecimento da infraestrutura nacional com a **ampliação do supercomputador Santos Dumont** e o desenvolvimento de um **modelo de linguagem de grande porte (LLM) em português**. Reforçou, ainda, que a IA traz desafios significativos, especialmente relacionados às desigualdades sociais, e que o PBIA está estruturado para superá-los, com foco em conectividade, formação de talentos, segurança cibernética e soberania tecnológica.

Mesa 1 – PBIA: Panorama e Desafios

Participantes:

- » **Beatriz Vasconcellos**, coordenadora da Câmara Técnica de Cidadania Digital e Democracia do Comitê Interministerial para a Transformação Digital – CITDigital (coordenação da mesa);
- » **Luis Fernandes**, secretário de Ciência e Tecnologia do MCTI;
- » **Rosilda Prates**, presidente da P&D Brasil; e
- » **Celso Camilo**, cofundador do Centro de Excelência em IA (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG);

Luis Fernandes do MCTI, apresentou o **panorama detalhado do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA)**, destacando sua construção colaborativa e multissetorial. O PBIA foi lançado como resposta ao desafio colocado pelo Presidente da República de posicionar o Brasil na vanguarda da transformação digital com responsabilidade e soberania. O plano visa promover o uso ético e inclusivo da IA e garantir que o Brasil não seja apenas um consumidor, mas também produtor de tecnologias.

Com um investimento previsto de R\$ 23,23 bilhões, o plano está estruturado em cinco eixos principais:

1. **Infraestrutura e Desenvolvimento de IA** (R\$ 5,79 bilhões)
2. **Difusão, Formação e Capacitação em IA** (R\$ 1,15 bilhão)
3. **IA para Melhoria dos Serviços Públicos** (R\$ 1,96 bilhão)
4. **IA para Inovação Empresarial** (R\$ 13,79 bilhões)
5. **Apoio à Regulação e Governança da IA** (R\$ 103,25 milhões)

O secretário apresentou ainda um balanço dos 10 primeiros meses do PBIA:

- » 6 ações já entregues, 13 em implementação, 26 a serem lançadas no segundo semestre de 2025 e 9 para lançamento em 2026;
- » Apoio a 7 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) com foco em IA;
- » Melhoria do supercomputador Santos Dumont, que passou para a 107ª posição no ranking mundial;
- » Mais de 800 projetos de P&D em IA apoiados pelo CNPq, totalizando R\$ 125 milhões;
- » Apoio a empresas por meio de 787 projetos de inovação com R\$ 5,7 bilhões já investidos;
- » Apoio ao desenvolvimento de datacenters sustentáveis e plataformas de IA no setor público; e

- » Publicação do Guia de IA Generativa no serviço público e lançamento do Observatório Brasileiro de Inteligência Artificial (OBIA).

Rosilda Prates da P&D Brasil, destacou o papel do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) – *coorganizador do evento* – e as parcerias com empresas de tecnologia nacionais para a implementação das ações previstas no PBIA.

Celso Camilo da UFG, ressaltou o amadurecimento do debate sobre IA no Brasil e a importância da implementação oportuna das ações propostas. Enfatizou que o conteúdo da regulação pode ser ajustado, mas o tempo de execução é crucial. Criticou abordagens regulatórias baseadas no medo e defendeu um olhar mais pragmático, com restrições pontuais apenas quando necessárias.

Ao falar sobre o trabalho pioneiro desenvolvido em Goiás, retomou considerações já apresentadas em audiência pública recente, destacando a criação, na Universidade Federal de Goiás, do primeiro curso de bacharelado em inteligência artificial do país e o papel do Centro de Excelência em IA (CEIA), hoje o maior da América Latina, com mais de 800 pesquisadores. Segundo ele, o CEIA tem atuado na formação de talentos e na atração de parcerias internacionais, posicionando Goiás como referência nacional no setor.

Mesa 2 – Trabalho, Competitividade e IA

Participantes:

- » **Nina da Hora**, fundadora do Instituto da Hora (coordenação da mesa);
- » **Adriana Marcolino**, diretora técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);
- » **Sergio Sgobbi**, diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Brasscom; e
- » **Fabio Coelho**, presidente do Google Brasil.

Adriana Marcolino do DIEESE, apresentou dados que apontam que todos os trabalhadores serão impactados pela IA, embora em diferentes intensidades. Ressaltou que, apesar do potencial de criação de empregos de maior qualidade, a IA também transformará funções já existentes.

Defendeu uma regulação que promova direitos e oriente caminhos, em vez de apenas restringir. Para ela, é fundamental garantir a proteção dos trabalhadores, fomentar um processo contínuo de formação e observar impactos à saúde, inclusive mental. Marcolino asseverou que há trabalhadores que atuam com micro tarefas para treinar sistemas de IA, recebendo valores muito baixos, e reforçou a necessidade de uma distribuição mais equitativa dos benefícios tecnológicos. Destacou que a regulação deve garantir segurança tanto para usuários quanto para os trabalhadores e que já há condições de definir parâmetros mínimos para isso.

Sergio Sgobbi da Brasscom, apontou que o Brasil movimentou R\$ 720 bilhões em tecnologia nos últimos três anos, com previsão de formação de mais de 88 mil profissionais. Reforçou a necessidade de ampliar a participação de mulheres na tecnologia e destacou que mulheres e jovens são os grupos mais vulneráveis aos impactos da automação promovida pela IA. Destacou o desafio de requalificar a força de trabalho já inserida no mercado e apontou a urgência de políticas voltadas tanto para qualificação quanto requalificação.

Fabio Coelho, do Google, apresentou uma visão centrada no potencial estratégico da inteligência artificial para impulsionar o crescimento econômico e fortalecer a competitividade

nacional. Apontou que a IA é uma tecnologia de propósito geral, com potencial de empoderar pessoas e reduzir desigualdades. Compartilhou a experiência de um evento que reuniu mais de 7 mil mulheres empreendedoras interessadas em aplicar IA em pequenos negócios, exemplificando como essa tecnologia pode promover eficiência e inclusão.

Apesar de seu otimismo, reconheceu a necessidade de políticas públicas voltadas à geração de emprego e requalificação profissional. Defendeu que a regulação deve vir acompanhada de “guaritas” de proteção, pois o ritmo de transformação do trabalho pode ser mais veloz do que em revoluções tecnológicas anteriores.

Sergio Sgobbi comentou sobre a importância de políticas estratégicas como o Plano Brasil Digital 2030+ e da atração de data centers para o país, como forma de baratear o custo do processamento de dados e fortalecer a soberania tecnológica. Destacou que o desenvolvimento de tecnologias, como a computação quântica, exige investimentos imediatos, especialmente na formação de recursos humanos. Mencionou também a instalação de um centro de engenharia em São Paulo, com 250 engenheiros contratados e inauguração prevista para 2026.

Ao final, **Nina da Hora** apresentou dados da pesquisa TIC Domicílios 2024, que mostram que 85% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet, sendo 75% por meio de conexão móvel. Destacou que, apesar dos avanços na democratização digital, ainda faltam infraestrutura adequada e equidade de acesso.

Ao ser questionada sobre como avaliar riscos no mercado de trabalho, **Adriana Marcolino** reforçou que a tecnologia não deve ser tratada como uma ameaça em si, mas como uma ferramenta que pode ser usada para o bem coletivo. Segundo ela, o mais importante é garantir uma transição justa, com políticas públicas que assegurem direitos e recursos suficientes para que o país possa não só acompanhar, mas liderar os avanços tecnológicos com equidade.

3ª Mesa – Clima, Data Centers e Inteligência Artificial

Participantes:

- » **Maria Cândida Mousinho**, assessora especial da Presidência da República (coordenação da mesa).
- » **Gabriella Seiler**, consultora do Instituto Serrapilheira;
- » **Ariadne Fonseca**, diretora de Negócios Econômico-Fazendários do Serpro;
- » **Atilio Rulli**, vice-presidente de Relações Públicas da Huawei América Latina e Caribe da Huawei;
- » **Pedro Ivo Ferraz da Silva**, coordenador de assuntos científicos e tecnológicos do Departamento de Clima do Ministério das Relações (MRE); e

Ariadne Fonseca do Serpro, iniciou destacando a complexidade da relação entre data centers e clima, apontando que a crise climática pode se agravar com o avanço tecnológico desregulado. O Serpro, segundo ela, já possui dois centros de dados atualizados com foco em eficiência energética e sustentabilidade. Está prevista ainda a construção de um terceiro centro de dados, mais moderno e verde, sediado em Brasília, com estrutura pensada para rodar projetos com inteligência artificial na nuvem de governo. Enfatizou que os investimentos nessa expansão vêm acompanhados de comprometimento com critérios ambientais rigorosos, como uso de baterias de lítio, contenção térmica e redução significativa do uso de água.

Gabriella Seiler do Instituto Serrapilheira, trouxe à tona o dilema entre acelerar o desenvolvimento da IA e os riscos ambientais que ela carrega, especialmente com o crescimento do uso de IA generativa, que consome muitos recursos energéticos. Defendeu que o Brasil precisa direcionar sua tecnologia para seus ativos estratégicos, como aqueles associados à Amazônia, utilizando essa vantagem competitiva de maneira sustentável. Apontou também a necessidade de “considerar a IA como infraestrutura digital crítica” e defendeu a importância de uma governança nacional robusta para os dados estratégicos do país. A sustentabilidade da IA, segundo ela, deve fazer parte das diretrizes do país e se integrar à sustentabilidade climática como prioridade.

Atilio Rulli da Huawei, abordou a expansão global dos data centers, apontando que nos últimos 17 meses houve um crescimento exponencial no número de usuários de IA e na necessidade de poder computacional. Ele destacou a matriz energética brasileira como uma das mais limpas do mundo e enfatizou que o consumo de energia pelos data centers representa apenas 1% do total nacional, com projeção de aumento para 1,2%. Segundo ele, tecnologias atuais como circuitos de resfriamento de água fechados e baterias avançadas permitem que a operação dos data centers seja mais eficiente e sustentável. Ressaltou que o Brasil está no caminho certo, mas precisa acelerar regulações simples e práticas para não atrasar seu desenvolvimento tecnológico. Questionou quem será o regulador oficial da IA no país, enfatizando a urgência dessa definição.

Pedro Ivo Ferraz da Silva do Itamaraty, complementou com a perspectiva internacional, argumentando que o debate entre clima e IA se dá entre dois polos: um instrumento para identificação de soluções ou como geradora de externalidades negativas – *como poluição sonora e lixo eletrônico*. Destacou a falta de consenso sobre o impacto líquido da IA nessas frentes, e defendeu a importância da transparência dos grandes operadores de infraestrutura digital. Para ele, o Brasil deve se posicionar como provedor de tecnologia, aproveitando sua matriz energética limpa e infraestrutura de dados, e buscar maior protagonismo na governança global sobre o tema.

Gabriella Selier reforçou a importância de desenvolver modelos de IA mais eficientes e sustentáveis, como oportunidade estratégica para o Brasil construir soberania e reduzir dependências tecnológicas.

Atilio Rulli falou sobre inovações em baterias e sistemas de resfriamento que ampliam a eficiência energética, e sugeriu que a América Latina, com destaque para o Brasil, pode assumir papel geopolítico relevante na cadeia global de dados, desde que haja coordenação e investimento.

Pedro Ivo da Silva finalizou reforçando que o Brasil deve aproveitar a agenda climática e tecnológica para gerar valor agregado, consolidar sua soberania digital e ampliar sua presença internacional com base em infraestrutura limpa e sustentável.

Mesa 4 – Regulação, Inovação e Direitos

Participantes:

- » **Tania de Oliveira**, chefe da Assessoria Especial da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SRI/PR (coordenação da mesa).
- » **João Brant**, secretário de Políticas Digitais da SECOM/PR;
- » **Ana Carolina Lima**, diretora executiva do Aqualtune Lab;

- » **Pedro Brasileiro**, Gerente de Relações Governamentais e Políticas Públicas da Salesforce; e
- » **Laura Schertel**, presidente da Comissão de Direito Digital da OAB;

João Brant da SECOM, reforçou que a IA envolve um conjunto de tecnologias com impactos profundos sobre toda a economia, o que torna essencial a elaboração de um marco regulatório. Defendeu o modelo de regulação baseado em riscos, mas com ressalvas importantes ao atual texto traz exceções que podem comprometer sua efetividade, como no caso de startups, micro e grandes empresas. Destacou ainda a ausência de uma abordagem adequada para o uso de IA generativa, que já é amplamente utilizada e pode acarretar impactos sociais negativos, como vieses raciais, efeitos sobre o mercado de trabalho e implicações nos direitos autorais.

Afirmou que o governo está comprometido com uma regulação equilibrada e expressou preocupação com a possibilidade de que o texto legal, ao ser excessivamente burocrático, acabe criando obrigações que onerem excessivamente os atores envolvidos. Ressaltou, no entanto, que o texto atual já incorpora salvaguardas para evitar esse tipo de distorção. Alertou também para o risco de omissão em relação à IA generativa, cuja ausência de tratamento mais aprofundado pode deixar lacunas importantes na legislação. Defendeu que o processo de regulação avance com consistência, permitindo a votação do texto final ainda este ano. Por fim, destacou que a discussão sobre IA não pode ser dissociada das tensões geopolíticas globais e alertou para os riscos de uma adoção acelerada da tecnologia sem as devidas cautelas — o que chamou de “aceleração irresponsável”.

Ana Carolina Lima do Aqualtune Lab, asseverou que a inteligência artificial não é neutra: pois é moldada por decisões humanas, baseada em dados históricos e direcionada por interesses concretos. O diferencial da IA está na escala e velocidade com que opera. Afirmou que a presença da IA no cotidiano é uma realidade — *em áreas como saúde, educação, cultura, política e trabalho*. Ressaltou a necessidade de equilibrar inovação, regulação, inclusão, pluralidade e sustentabilidade, e defendeu que esse esforço seja feito por governos, empresas, academia, sociedade civil e comunidades locais. Finalizou dizendo que a IA deve servir à democracia e não refletir ou perpetuar exclusões.

Pedro Brasileiro da Salesforce, abordou os acertos do texto em debate, destacando a abordagem baseada em riscos como elemento positivo. Enfatizou a diferença entre a IA corporativa e a IA voltada ao consumidor final, e apontou que é essencial definir claramente as responsabilidades entre desenvolvedor, distribuidor e usuário final, para que situações de mau uso — *como viés discriminatório* — não gerem insegurança jurídica para quem não é o responsável direto pela falha.

Laura Schertel da OAB, destacou que o [PL 2338/2023](#) passou por grandes transformações no Senado ao longo de mais de um ano de discussão, graças a um processo democrático que resultou em um texto mais equilibrado e flexível, sem perder de vista a proteção dos direitos fundamentais. A maior inovação, segundo ela, foi a criação de um regime híbrido de supervisão, que aproveita estruturas regulatórias já existentes, com coordenação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Defendeu esse modelo como adequado — *repetindo suas ponderações em audiência pública recente* —, considerando que permite normas gerais coordenadas, ao mesmo tempo que acomoda as particularidades de diferentes setores e contextos. Ressaltou que a avaliação de risco é a espinha dorsal da regulação da IA.

Alertou ainda para a fragmentação legislativa causada pela proliferação de leis estaduais e municipais sobre IA, citando iniciativas como as de cidade de Curitiba; e dos estados de Goiás e Paraná, que já trazem aspectos regulatórios e podem gerar conflitos constitucionais. Defendeu,

portanto, a regulamentação federal como essencial para evitar insegurança jurídica e fragmentações legislativas.